

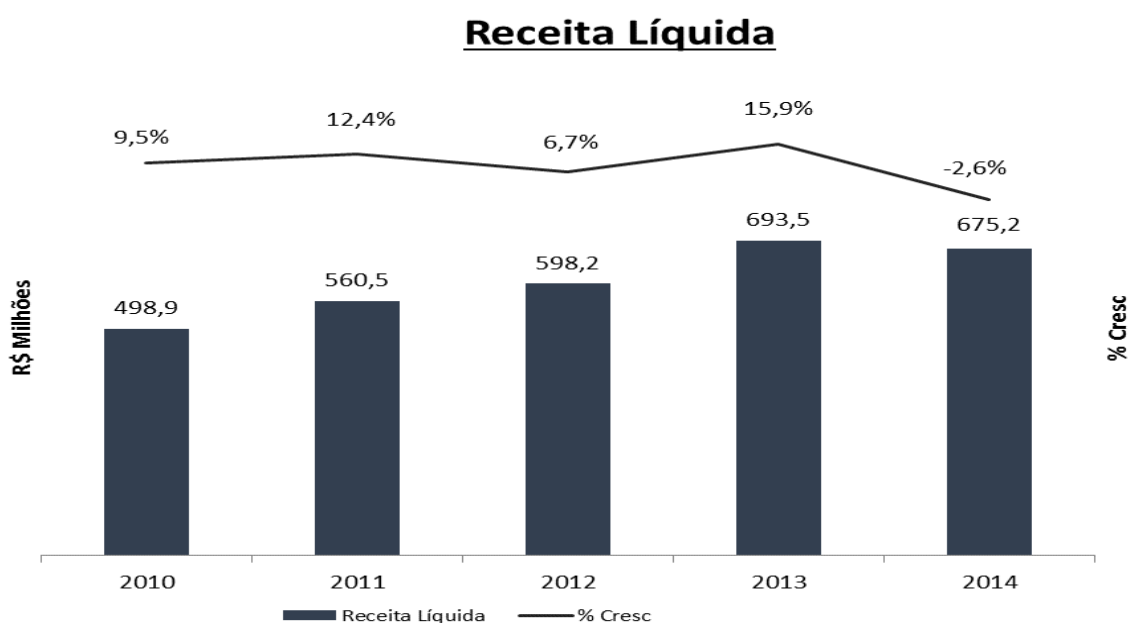
Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Colocamos à disposição de V.S.as o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

1. DESEMPENHO E LUCRATIVIDADE

A receita líquida consolidada para os mercados, nacional e internacional em 2014, foi de R\$ 675,2 milhões, menor em 2,6% em relação aos R\$ 693,5 milhões de 2013.



O resultado líquido consolidado da Companhia em 2014 foi de R\$ 68,5 milhões de lucro, contra um resultado de R\$ 95,8 milhões em 2013. Este resultado positivo em 2014 denota a sensível melhora operacional e de gestão pelo qual passa a Companhia, decorrente do período pós capitalização e pelos efeitos tributários da Lei nº 12.996/14, no valor de R\$ 36,6 milhões. Em 2013 o resultado, se deu pela reversão parcial da provisão para perdas com ativo imobilizado “*impairment*” no valor de R\$ 68,9 milhões (líquido dos impostos).

2. DESEMPENHO INDUSTRIAL

Foram produzidos 22,2 milhões de m², apresentando uma redução de 4,3% sobre o ano de 2013, com um mix de produtos de maior valor agregado.

Com o objetivo de aumentar a eficácia operacional, além da capacidade de produção em grandes formatos, a Companhia realizou vários investimentos em equipamentos de tecnologia de ponta durante o ano de 2014.

3. MARKETING

A participação em feiras e eventos é fundamental para promover os novos produtos com uma eficiente exposição, englobando produto, preço, distribuição e comunicação, além de fortalecer o relacionamento com clientes e fornecedores. A Cecrisa participa das seguintes feiras e eventos, expondo produtos da marca Cerâmica Portinari:

- ◆ Expo Revestir – São Paulo – SP.
- ◆ Cerâmica Portinari In Mostra - Bologna, Itália.
- ◆ Coverings – Estados Unidos.
- ◆ Cevisama – Valência, Espanha.
- ◆ BCTE – Brazil Ceramic Tiles Experience – América Central ou do Norte.
- ◆ Evento Exclusivo de Lançamentos - São Paulo – SP.

Além disso, apoia arquitetos em mostras de decoração, como:

- ◆ Campinas Decor – SP
- ◆ Casa Pronta – SC
- ◆ Casa & Cia – RS
- ◆ Ilha de Caras – RJ
- ◆ Polo Design – SP
- ◆ Artefacto B&C – RJ
- ◆ Artefacto B&C – SP
- ◆ Artefacto Haddock Lobo – SP
- ◆ Casa Cor – SC
- ◆ Casa Cor – SP
- ◆ Casa Cor – RS
- ◆ Casa Cor – MS
- ◆ Casa Cor Campinas – SP
- ◆ Casa Cor – BA
- ◆ Casa Cor – DF
- ◆ Casa Cor – RJ

4. INOVAÇÃO E DESIGN

Nosso portfólio é amplo e evidencia a tendência dos grandes formatos. A variedade de produtos oferece soluções para pessoas que amam suas casas e seus espaços de viver. Em 2014 foram lançadas 28 novas coleções entre porcelanatos, paredes e vidros da marca Cerâmica Portinari. As coleções Antique HD e Arbo HD ganharam novos produtos que reproduzem decks de madeira e a coleção Croma ganhou novos formatos. O ano de 2014 representou uma renovação de aproximadamente 22% do portfólio de porcelanatos e paredes.

5. PRÊMIOS

Devido ao comprometimento do time de colaboradores, ao bom relacionamento com os clientes e comunidade em geral, bem como o compromisso social, sustentável e com a inovação e design de seus produtos, a empresa foi premiada em diferentes segmentos, dentre os quais destacamos:

- ◆ **Revista Exame** - Maiores e Melhores de 2014
- ◆ **Revista Amanhã** – 500 Maiores do Sul

- ◆ **Revista Anamaco** – Melhores Indústrias de Materiais de Construção
- ◆ **Prêmio Aspacer de Design** – 1º lugar na categoria porcelanato com o produto Tapeçaria Decor.

6. GERAÇÃO DE CAIXA

A geração de caixa das atividades operacionais (EBITDA) da Companhia em 2014 foi de R\$ 160.533 mil (superior a de 2013 em 36,9%).

<u>EBITDA</u>	Consolidado		
	2013	2014	Var.(%)
Receita líquida de vendas	693.543	675.262	-2,6%
Lucro bruto	223.452	227.840	2,0%
(-) Despesas operacionais	(120.198)	(84.612)	-29,6%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	103.254	143.228	38,7%
(+) Depreciação/Amortização	14.018	17.305	23,4%
(=) Ebitda	117.272	160.533	36,9%
% da receita líquida	16,9%	23,8%	6,9 p.p.

7. BALANÇO SOCIAL

Dentre as ações realizadas pela Companhia em 2014, destacam-se:

a) Recursos humanos

Ações relacionadas à carreira dos profissionais, como ajustes no modelo de remuneração da liderança, incluso desdobramento de metas (Faróis) para todos os supervisores, além da implantação da carreira para os promotores de vendas. A Companhia promoveu também uma série de iniciativas e programas dentre os quais destacamos O *Programa de Excelência* realizado em todas as unidades industriais, além do foco na área de Segurança do trabalho com o programa *Segurança em Ação*. O programa denominado como *Time de Donos*, que é porta de entrada da empresa para estagiários, Jovens Talentos e este ano abrimos mais um nível que é o Talento Executivo. Estas ações nos tornaram um time melhor, com mais diversidade e onde muitos tiveram oportunidade de crescer.

Iniciativas Sociais também fizeram parte de 2014, onde lançamos o *Juntos por Nossos Filhos*, programa com o objetivo de contribuir com doações e acompanhamento a crianças (filhos de profissionais) que necessitem de tratamento médico/terapêutico especial, onde a ajuda financeira faz diferença. Destacamos também as festas comemorativas a datas e eventos especiais como a festa das crianças em Outubro, que fez a alegria dos filhos dos profissionais da empresa, além da confraternização de fim de ano concedida aos seus profissionais e familiares, em dezembro.

b) Relações com a comunidade

A Cecrisa tem a responsabilidade social como um de seus valores fundamentais. É engajada em contribuir para uma sociedade mais justa, participando ativamente de atividades sociais, educativas, esportivas e culturais.

Entre as ações de 2014, estão:

- ◆ Reformas de instituições carentes em parceria com clientes.

- ◆ Programa interno “Juntos por Nossos Filhos” - que presta assistência a filhos de funcionários com necessidades especiais.
- ◆ Leilão beneficente de pinturas sobre cerâmica junto ao Projeto Amplitude, ONG de São Paulo que cuida de crianças carentes com autismo.
- ◆ Apoio mensal a instituições de caridade.
- ◆ Programa de voluntariado realizado por funcionário em instituições carentes.
- ◆ Campanhas de arrecadação de alimentos, agasalhos, fraldas.
- ◆ Coral infantil para filhos de funcionários.

Em 2014 a Cecrisa apoiou importantes projetos por meio da Lei de Incentivo Fiscal, são eles:

- ◆ Projeto Desportivo – Bairro da Juventude: projeto esporte e lazer destinado a crianças carentes.
- ◆ Projeto Desportivo – Voleibol de Criciúma
- ◆ Projeto Cultural e Artístico – Produção do Livro: Hotel Palace.
- ◆ Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – **Associação Beneficente ABADEUS**
- ◆ Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente - **Associação de Pais e Amigos do Autista da Região Carbonífera – AMA-REC**
- ◆ Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente - **Centro Social Marista Ir. Walmir**
- ◆ Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente - **Grupo Unido pela Unidade Infanto Juvenil de Onco-Hematologia – GUIDO**
- ◆ Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente - **Instituto de Educação Especial Diomício Freitas – Associação Pestalozzi de Criciúma**

c) Meio ambiente

A Cecrisa atua no seu cotidiano com os princípios da Sustentabilidade, equilibrando as dimensões econômica, social, ambiental para garantir a qualidade do meio em que está inserida.

O investimento em pesquisa e desenvolvimento de nossas formulações, garante que façamos mais com menos, através do reaproveitamento de rejeitos do processo produtivo na formulação da massa cerâmica. Pensando nas gerações futuras, há investimento em tecnologias de ponta, uso de técnicas adequadas e equipamentos, garantimos assim a minimização dos nossos impactos ambientais sobre o meio ambiente e circunvizinhança.

Das principais atividades realizadas no decorrido ano podemos citar:

- ◆ Gerenciamento e destinação adequada de todos os resíduos sólidos gerados no processo produtivo.
- ◆ Reaproveitamento de rejeitos de processo na formulação de novos produtos, reduzindo consumo de matérias primas virgens e redução do consumo de energia na produção.
- ◆ Tratamento das emissões atmosféricas utilizando-se filtros lavadores de gases e filtros de manga;
- ◆ Investimentos em estações para tratamento dos efluentes líquidos e otimização, com circuito fechado de reaproveitamento;
- ◆ Atendimento do plano de monitoramento das emissões atmosféricas, recursos hídricos e recursos naturais evitando impactos à circunvizinhança das unidades industriais;
- ◆ Investimento em sistema de retirada de cinza a seco na etapa de atomização de matérias primas. Permite economia de recursos financeiros, hídricos e energéticos ao processo;
- ◆ Priorização e controle dos aspectos e impactos gerados no processo produtivo;
- ◆ Realização de treinamentos e campanhas educativas de cunho ambiental para os profissionais;

- ◆ Investimentos para recuperação de passivos ambientais existentes nas unidades industriais, para atendimento de requisitos legais junto aos órgãos ambientais.
- ◆ Aplicação permanente dos dispositivos de gestão ambiental baseados na NBR ISO 14.001, respeitando as legislações ambientais vigentes;
- ◆ Trabalho de vistorias em jazidas de mineração dos fornecedores de matérias primas;
- ◆ Renovação do certificado de Leadership in Energy and Environmental Design – LEED, contribuindo para construções sustentáveis.

A Companhia demonstra o compromisso com o meio socioeconômico ambiental, respaldada nos seus valores e na responsabilidade frente ao mercado, clientes e comunidade.

A ADMINISTRAÇÃO

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Notas	2014	2013	2014	2013
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	71.878	2.238	72.337	2.258
Aplicações financeiras	5	-	13.130	-	13.130
Clientes	6	152.888	163.577	152.352	162.732
Bancos contas vinculadas	4	7.602	2.994	7.602	2.994
Estoques	7	119.903	145.858	120.132	151.894
Créditos com terceiros	8	-	21.400	-	21.400
Outras contas a receber		23.056	8.975	23.066	8.996
Total ativo circulante		375.327	358.172	375.489	363.404
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5	1.031	11.714	1.031	11.714
Clientes	6	750	842	750	842
Impostos diferidos	9	-	-	5.788	5.435
Impostos a recuperar		1.801	2.041	1.801	2.041
Créditos com terceiros	8	27.555	11.184	27.555	11.184
Depósitos judiciais	17	2.160	2.529	2.160	2.529
Investimentos	11	4.929	6.594	461	460
Imobilizado	12	264.597	251.904	264.597	251.904
Intangível	13	21.842	21.132	21.842	21.132
Total do ativo não circulante		324.665	307.940	325.985	307.241
Total do ativo		699.992	666.112	701.474	670.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2014	2013	2014	2013
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	147.810	150.778	149.928	153.123
Debêntures	15	32.741	29.116	32.741	29.116
Fornecedores		91.396	89.634	90.758	91.812
Obrigações sociais		26.760	21.916	26.760	21.916
Obrigações tributárias	16	21.611	44.145	21.613	44.147
Adiantamentos de clientes		13.400	18.439	13.400	18.439
Outras obrigações		12.167	11.518	12.167	11.526
Total passivo circulante		345.885	365.546	347.367	370.079
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	78.192	81.308	78.192	81.308
Debêntures	15	103.939	48.227	103.939	48.227
Adiantamentos de clientes		4.724	844	4.724	844
Impostos diferidos	9	25.103	12.759	25.103	12.759
Obrigações tributárias	16	130.630	205.946	130.630	205.946
Provisões para contingências	17	8.914	18.778	8.914	18.778
Outros		2.433	1.024	2.433	1.024
Total passivo não circulante		353.935	368.886	353.935	368.886
Total do passivo		699.820	734.432	701.302	738.965
Patrimônio líquido					
Capital social	18	199.981	199.981	199.981	199.981
Reserva de capital		66.004	66.004	66.004	66.004
Ajuste acumulado de conversão		15	-	15	-
Prejuízos acumulados		(265.828)	(334.305)	(265.828)	(334.305)
Total do patrimônio líquido		172	(68.320)	172	(68.320)
Total do passivo e do patrimônio líquido		699.992	666.112	701.474	670.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2014	2013	2014	2013
Receita operacional líquida	20	673.952	693.336	675.262	693.543
Custo dos produtos vendidos	21	(446.903)	(470.102)	(447.422)	(470.091)
Lucro bruto		227.049	223.234	227.840	223.452
Despesas comerciais	21	(96.190)	(82.571)	(96.391)	(82.668)
Despesas gerais e administrativas	21	(30.407)	(33.481)	(30.409)	(33.486)
Outras receitas (despesas) operacionais	22	45.121	95.804	42.188	95.801
Equivalência patrimonial	11	(1.681)	(529)	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		143.892	202.457	143.228	203.099
Receitas financeiras	23	26.365	23.706	27.099	25.242
Despesas financeiras	23	(80.288)	(79.414)	(81.244)	(81.861)
Lucro antes dos impostos		89.969	146.749	89.083	146.480
Impostos diferidos	24	(12.343)	(37.725)	(11.454)	(37.456)
Impostos correntes	24	(9.149)	(13.241)	(9.152)	(13.241)
Lucro líquido do exercício		68.477	95.783	68.477	95.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Notas	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido do exercício	68.477	95.783	68.477	95.783
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>15</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>68.492</u>	<u>95.783</u>	<u>68.492</u>	<u>95.783</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	199.981	66.004	-	(430.088)	(164.103)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	95.783	95.783
Saldos em 31 de dezembro de 2013	199.981	66.004	-	(334.305)	(68.320)
Ajuste acumulado de conversão	-	-	15	-	15
Lucro líquido do exercício	-	-	-	68.477	68.477
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>199.981</u>	<u>66.004</u>	<u>15</u>	<u>(265.828)</u>	<u>172</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Atividades operacionais				
Lucro líquido do período antes dos impostos	89.969	146.749	89.083	146.480
Ajuste de itens sem desembolso de caixa				
Depreciação e amortização	17.305	14.018	17.305	14.018
Resultado de equivalência patrimonial	1.681	529	-	-
Valor residual do ativo imobilizado vendido	119	4.312	119	4.312
Redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>)	(127)	(104.425)	(127)	(104.425)
Provisão para contingências	(9.864)	417	(9.864)	417
Débitos tributários reconhecidos e parcelados	-	5.962	-	5.962
Reduções parcelamento Lei nº 12.996/14	(41.086)	-	(41.086)	-
Juros parcelamentos	16.367	14.727	16.367	14.727
Outras provisões	(93)	(684)	(93)	(684)
Créditos obtidos em decisões judiciais	(3.287)	(11.291)	(359)	(11.291)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(28.219)	7.359	(28.563)	6.762
Ajustes de capital de giro:				
Redução/ (aumento) das contas a receber	10.875	(66.362)	10.566	(64.215)
Redução/ (aumento) bancos contas vinculadas	(4.608)	(2.565)	(4.608)	(2.565)
Redução/ (aumento) dos estoques	25.955	(44.689)	28.834	(42.246)
Redução/ (aumento) impostos a recuperar	(4.775)	1.509	(4.763)	1.769
Redução/ (aumento) pagamentos antecipados	(807)	490	(807)	490
Imóveis para venda	(33)	39	(33)	39
Depósitos judiciais	369	293	369	293
Outras contas a receber	(6.595)	756	(6.594)	756
Contas a pagar a fornecedores	1.763	617	(1.054)	(5.751)
Impostos e contribuições a recolher	(68.102)	(46.123)	(68.101)	(46.122)
Obrigações trabalhistas	4.844	5.187	4.844	5.186
Adiantamentos de clientes	(1.159)	(3.979)	(1.159)	(3.997)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.149)	(13.241)	(9.152)	(13.241)
Outros	3.717	603	4.243	583
Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais	(4.942)	(89.792)	(4.636)	(92.743)
Atividades de investimentos				
Aquisição do ativo imobilizado e intangível	(40.249)	(20.103)	(40.249)	(17.645)
Recebimento venda ativo imobilizado	9.549	2.269	9.549	2.269
Ajuste acumulado de conversão	15	-	15	-
Aplicações financeiras	23.812	(2.417)	23.812	(2.417)
Investimentos	(16)	(4)	(1)	(4)
Fluxo de caixa usado na atividades de investimento	(6.888)	(20.255)	(6.873)	(17.797)
Atividades de financiamento				
Captações de empréstimos e financiamentos	319.022	254.549	323.719	258.200
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(288.252)	(172.358)	(292.831)	(175.540)
Captação com debêntures	87.980	-	87.980	-
Amortizações e juros de debêntures	(37.280)	(20.960)	(37.280)	(20.960)
Fluxo de caixa originado das atividades de financiamento	81.470	61.231	81.588	61.700
Variação líquida equivalentes a caixa				
Equivalentes a caixa no início do exercício	2.238	51.054	2.258	51.098
Equivalentes a caixa no fim do exercício	71.878	2.238	72.337	2.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre o Grupo

Fundada em 1966, a Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. (a “Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Criciúma, SC, Brasil, controladora direta da empresa Cerâmica Portinari S.A. (denominadas em conjunto como “Grupo” ou “Consolidado”).

A Companhia e sua controlada têm como atividade preponderante a fabricação e o comércio de revestimentos cerâmicos realizada através de suas cinco unidades industriais presentes em Santa Catarina, Goiás e Minas Gerais.

2 Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela diretoria em 06 de março de 2015.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. e suas controladas indicadas a seguir:

	País sede	Relação	% participação	
			2014	2013
Cerâmica Portinari S.A.	Brasil	Direta	100%	100%
Cecrisa Uruguay S.A.	Uruguai	Indireta	100%	-

A controlada é integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. obtém o controle, e continua a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem os seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.

- Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:
 1. Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.
 2. Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
 3. Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.
- Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.2 Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

2.3 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia e de sua controlada. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

2.4 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos a receber de terceiros, os quais são classificados como empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e sua controlada compreendem o contas a receber de clientes, contas a receber de terceiros e aplicações financeiras.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros não derivativos

Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

2.5 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não procedeu o registro do ajuste a valor presente.

2.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa a partir de seu uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado, bem como reversões de perdas.

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Considera-se equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para *impairment* se necessária. A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.9 Créditos com terceiros

Representam valores incontroversos, a serem recebidos da Eletrobrás decorrentes de ação judicial transitada em julgado, e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal.

2.10 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos.

As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando considerados necessários pela Administração. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.11 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado, para o exercício corrente e comparativo são os seguintes:

Grupo patrimonial	Prazo
Edifícios	40 anos
Máquinas e equipamentos	15 - 20 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 - 15 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Outros	até 20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.12 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. São compostos por:

Marcas e patentes

Registrados pelo custo de registro ou de aquisição.

Softwares

Registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso. Despesas com o desenvolvimento interno de softwares são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, registrando os custos diretamente atribuíveis ao software, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

Direitos minerários

Os direitos minerários são amortizados com base no método das unidades produzidas.

2.13 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

2.14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Debêntures

As debêntures emitidas foram registradas pelo seu valor líquido recebido, deduzidos os custos com transações utilizadas na captação dos recursos, sendo que os custos serão amortizados e os encargos financeiros reconhecidos como despesas financeiras no resultado durante o período de vigência das debêntures.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.15 Provisões

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia e sua controlada são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

2.17 Imposto sobre vendas

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	4% a 18%
INSS - Contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social	1% (i)
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0% (ii)
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,6% (iii)

- (i) A Companhia recolhe o INSS pela CPRB na proporção sobre as vendas de produção própria e a diferença referente a venda de produtos adquiridos de terceiros é recolhido pela quota patronal.
- (ii) Alguns produtos possuem alíquota de 5% a 15% de IPI, entretanto são exceções.
- (iii) Sobre importação incide adicional de 1% sobre a alíquota de COFINS.

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2.18 Reconhecimento da receita de vendas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia e suas controladas.

A Companhia e sua controlada reconhecem a receita quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

2.19 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência do Banco do Brasil) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. O plano estabelecido pelo fundo de previdência é de contribuição definida. As obrigações por contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, desde que a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

2.20 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3 Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das Demonstrações Financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

Provisões para Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Disponibilidades	5.173	2.197	5.632	2.217
Aplicações financeiras				
Banco Safra S.A.	50.243	41	50.243	41
Banco ABC Brasil S.A.	6.440	-	6.440	-
Banco Santander S.A.	7.508	-	7.508	-
Banco Industrial e Comercial S.A.	1.995	-	1.995	-
Banco Bradesco S.A.	519	-	519	-
	66.705	41	66.705	41
Total Caixa e equivalentes de caixa	71.878	2.238	72.337	2.258

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos (média de 100,2% do CDI) até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

5 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Citibank NA	-	5.186	-	5.186
Credit Suisse (Brasil) S.A.	-	18.894	-	18.894
Banco Banrisul S.A.	476	331	476	331
Produzir (Goiás)	555	433	555	433
	1.031	24.844	1.031	24.844
Circulante	-	13.130	-	13.130
Não circulante	1.031	11.714	1.031	11.714

As aplicações registradas no Credit Suisse (Brasil) S.A., e no Citibank NA, que estavam garantindo o empréstimo de capital de giro contratado em 2007 e repactuado nos exercícios de 2009 e 2011 e as cédulas de crédito bancário captadas em 28 de dezembro de 2010, foram resgatadas pela liquidação antecipada do contrato de Pré-Pagamento de Exportação. Vide nota explicativa nº 14.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui o montante de R\$ 7.602 (R\$2.994 em 2013) classificado como “bancos conta vinculada” no ativo circulante, referente a valores já recebido de clientes, todavia ainda não disponibilizados pela instituição financeira.

6 Clientes

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Vencidos há mais de 365 dias	4.524	4.308	4.524	4.308
Vencidos até 365 dias	6.977	7.178	4.242	7.178
A vencer em até 90 dias	125.746	129.427	126.262	128.582
A vencer entre 91 e 180 dias	18.308	25.290	19.991	25.290
A vencer acima de 180 dias	1.164	1.390	1.164	1.390
	156.719	167.593	156.183	166.748
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.081)	(3.174)	(3.081)	(3.174)
	153.638	164.419	153.102	163.574
Circulante	152.888	163.577	152.352	162.732
Não circulante	750	842	750	842

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.174
Provisão constituída (revertida) no exercício	446
Baixas de contas a receber	(539)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.081

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Produtos acabados	95.004	92.534	95.004	92.534
Produtos em elaboração	6.314	6.894	6.314	6.894
Matérias primas	7.853	8.779	7.853	8.779
Materiais auxiliares	3.325	3.205	3.325	3.205
Importação em andamento	8.582	35.621	8.811	41.657
Provisão para perda com adiantamentos para importação	(1.175)	(1.175)	(1.175)	(1.175)
	119.903	145.858	120.132	151.894

Em 2013, a Companhia reconheceu provisão para perdas dos estoques ao valor de realização de importações em andamento no valor de R\$ 1.175, conforme nota explicativa nº 22.

8 Créditos com terceiros

A Companhia patrocinou ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás, visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei nº 4.156/62.

Em 2013, a Companhia registrou créditos relativos à correção monetária do empréstimo compulsório da ELETROBRAS, referente à ação 1997.35.00.013298-8, conforme sentença favorável transitada em julgado, no valor de R\$ 11.184. Adicionalmente, a Companhia atualizou os créditos das ações já reconhecidas, no valor de R\$ 2.388.

Em outubro de 2013, a Eletrobrás efetuou depósito judicial referente ao Processo 968003112-8, no montante de R\$ 4.956.

Em 28 fevereiro de 2014, a Companhia abateu o valor do referido depósito judicial atualizado do saldo de parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e do parcelamento ordinário da Lei nº 10.522/2002, nos montantes de R\$ 1.588 e R\$ 3.440, respectivamente. A conversão em renda deste valor ainda não foi realizada.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia e sua controlada possuíam o montante de R\$ 27.555 (R\$ 32.584 em 31 de dezembro de 2013), individual e consolidado, referente a créditos relativos à correção monetária do empréstimo compulsório ELETROBRAS. A classificação dos respectivos créditos no circulante e não circulante, dá-se pela expectativa de recebimento, estabelecida pelos consultores jurídicos da Companhia.

9 Impostos diferidos

Natureza dos ativos	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Prejuízo fiscal	3.994	6.936	5.667	8.330
Base de cálculo negativa da contribuição social	1.438	2.497	2.040	2.999
Adições temporárias				
Provisão para contingências passivas	3.430	7.424	3.430	7.424
Provisão para perdas créditos Eletrobrás	-	-	3.605	3.605
Reversão/ Provisão para perdas por desvalorização de ativos	20.500	21.618	20.500	21.618
Outras adições temporárias	4.400	8.083	4.308	8.017
	<u>33.762</u>	<u>46.558</u>	<u>39.550</u>	<u>51.993</u>
Natureza dos passivos				
Ajuste depreciação (benefício Lei do Bem)	(32)	(27)	(32)	(27)
Ajuste depreciação (pela vida útil dos bens)	(4.941)	(2.167)	(4.941)	(2.167)
Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído	<u>(53.892)</u>	<u>(57.123)</u>	<u>(53.892)</u>	<u>(57.123)</u>
	<u>(58.865)</u>	<u>(59.317)</u>	<u>(58.865)</u>	<u>(59.317)</u>
Total	<u>(25.103)</u>	<u>(12.759)</u>	<u>(19.315)</u>	<u>(7.324)</u>
Total ativo	-	-	5.788	5.435
Total passivo	25.103	12.759	25.103	12.759

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias.

A Companhia apresenta os tributos diferidos passivos, líquidos dos ativos, quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há o direito executável e a intenção da administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido.

10 Partes relacionadas

a. Controladora e parte controladora final

A Companhia é controlada pela Waterloo Empreendimentos e Participações S.A. A parte controladora final da Companhia é a Vinci Capital Partners II D Fundo de Investimento em Participações.

b. Remuneração de pessoal-chave da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 4.302, e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

A Companhia e sua controlada não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

c. Outras transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 as operações com partes relacionadas referem-se a contas a receber junto à controlada Cerâmica Portinari S.A., no montante de R\$ 5.348 (R\$ 2.330 em 31 de dezembro de 2013).

11 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Participação em controladas	4.468	6.134	-	-
Outros investimentos	461	460	461	460
	4.929	6.594	461	460

a. Participação em empresas controladas

A Companhia reconheceu o resultado negativo de R\$ 1.681 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 529 em 31 de dezembro de 2013) de equivalência patrimonial em controlada.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras na Companhia controlada.

	Cerâmica Portinari S.A.	
	2014	2013
Participação (%)	100,00	100,00
Quantidade de ações	73.110	73.110
Ativos circulantes	5.511	7.563
Ativos não circulantes	5.788	5.436
Total de ativos	11.299	12.999
Passivos circulantes	6.831	6.865
Passivos não circulantes	-	-
Total de passivos	6.831	6.865
Patrimônio líquido	4.468	6.134
Receitas	12.538	44.235
Despesas	(14.218)	(44.764)
Prejuízo	(1.681)	(529)

Aquisição Cecrisa Uruguay S.A.

Em 31 de janeiro de 2014, a controlada Cerâmica Portinari S.A, adquiriu 40.000 ações da Viclur Company S.A., atual Cecrisa Uruguay S.A., pelo valor de R\$ 11.

b. Movimentação do saldo:

	Cerâmica Portinari S.A.
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>6.134</u>
Equivalência patrimonial	(1.681)
Ajuste acumulado de conversão	<u>15</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u><u>4.468</u></u>

12 Imobilizado

	Controladora e Consolidado								
	Terrenos	Imóveis	Equipamentos e instalações	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.737	120.684	327.228	2.630	3.351	2.728	18.228	29.505	514.091
Adições	-	-	-	-	-	-	32.462	-	32.462
Baixas	(89)	(261)	(1.418)	(15)	(3)	-	(310)	-	(2.096)
Reversão de provisão para perdas	-	127	-	-	-	-	-	-	127
Transferências	-	1.065	16.780	679	96	-	(20.603)	599	(1.384)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.648	121.615	342.590	3.294	3.444	2.728	29.777	30.104	543.200
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	39.763	192.625	2.183	2.923	2.266	-	22.427	262.187
Baixas	-	(14)	(373)	(15)	(3)	-	-	-	(405)
Transferências	-	-	-	17	-	-	-	-	17
Depreciação no período	-	2.660	10.515	206	56	148	-	3.219	16.804
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	42.409	202.767	2.391	2.976	2.414	-	25.646	278.603
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2013	9.737	80.921	134.603	447	428	462	18.228	7.078	251.904
Em 31 de dezembro de 2014	9.648	79.206	139.823	903	468	314	29.777	4.458	264.597

	Controladora e Consolidado								
	Terrenos	Imóveis	Equipamentos e instalações	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.821	84.678	250.870	2.379	3.056	4.685	21.367	25.956	398.812
Adições	-	300	100	-	-	-	17.196	-	17.596
Baixas	-	-	141	-	(15)	(2.062)	(4.415)	(200)	(6.551)
Reversão de provisão para perdas	3.916	33.543	66.966	-	-	-	-	-	104.425
Transferências	-	2.163	9.150	251	310	105	(15.920)	3.941	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.737	120.684	327.227	2.630	3.351	2.728	18.228	29.697	514.282
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	37.641	184.067	2.059	2.882	3.613	-	18.628	248.890
Depreciação no período	-	2.122	8.557	124	41	(1.347)	-	3.991	13.488
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	39.763	192.624	2.183	2.923	2.266	-	22.619	262.378
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2012	5.821	47.037	66.803	320	174	1.072	21.367	7.328	149.922
Em 31 de dezembro de 2013	9.737	80.921	134.603	447	428	462	18.228	7.078	251.904

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações.

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia registrou os efeitos da mais valia do seu ativo imobilizado, decorrente da reavaliação de imóveis e equipamentos e instalações industriais. Em 2010, quando da adoção inicial dos CPCs, a Companhia utilizou a opção do ICPC 10, de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2007 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

As análises de recuperação de ativos são realizadas anualmente pela Companhia, ou quando há indicativos de mudança relevante de premissas.

Em 2012 a Companhia elaborou um estudo de recuperação das suas Unidades Geradoras de Caixa - UGC, que resultou na constituição de uma provisão para perda (*impairment*) no montante de R\$ 184.101 (R\$ 121.507 líquido de impostos).

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou uma nova avaliação de todas as suas Unidades Geradoras de Caixa - UGC, que resultou na reversão da provisão para perda anteriormente registrada nas unidades industriais 5 e 6, no valor de R\$ 104.425 (R\$ 68.920, líquido dos efeitos tributários), que foram registrados em rubrica específica, conforme demonstrado na nota explicativa nº 22.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou uma nova avaliação de todas as suas Unidades Geradoras de Caixa - UGC, que resultou na reversão da provisão para perda anteriormente registrada, no valor de R\$ 127 (R\$ 84, líquido dos efeitos tributários), que foram registrados em rubrica específica, conforme demonstrado na nota explicativa nº 22.

Imobilizado dado como garantia em empréstimos

Em 31 de dezembro de 2014, alguns bens imóveis estão dados em garantia de empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

13 Intangível

	Controladora e Consolidado					
	Marcas e patentes	Pesquisa e desenvolvimento	Sistema de informática	Direito de uso de telefone	Ativos minerários	Total
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>607</u>	<u>76</u>	<u>7.343</u>	<u>75</u>	<u>19.534</u>	<u>27.635</u>
Adições	-	-	1.194	-	-	1.194
Saldo em 31 de dezembro de 2014	607	76	8.537	75	19.534	28.829
Amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>189</u>	<u>52</u>	<u>6.162</u>	<u>-</u>	<u>100</u>	<u>6.503</u>
Baixas	-	-	(17)	-	-	(17)
Amortização no período	-	12	489	-	-	501
Saldo em 31 de dezembro de 2014	189	64	6.634	-	100	6.987
Valor contábil						
Em 31 de dezembro de 2013	418	24	1.181	75	19.434	21.132
Em 31 de dezembro de 2014	418	12	1.903	75	19.434	21.842

14 Empréstimos e financiamentos

	Encargos anuais ponderados	Controladora		Consolidado	
		Circulante		Circulante	
		2014	2013	2014	2013
Moeda estrangeira					
. Pré - Pagamento exportação (a)	19,56%	-	20.701	-	20.701
. FINIMP (b)	6,12%	31.892	33.442	34.010	35.448
. Nota/ Cédula de crédito de exportação (c)	4,37%	31.147	20.374	31.147	20.374
. Lei 4.131 (d)	14,39%	14.328	4.278	14.328	4.278
. Capital de giro	VC	-	2.517	-	2.517
. Adiantamentos de cambiais entregues	VC + 0,58%	-	-	-	339
		<u>77.367</u>	<u>81.312</u>	<u>79.485</u>	<u>83.657</u>
Moeda nacional					
. Vendor	13,35%	22.065	18.266	22.065	18.266
. BNDES - Progeren (e)	8,85%	24.113	22.354	24.113	22.354
. BNDES - Revitaliza (f)	8,00%	2.999	23.463	2.999	23.463
. FINEP (g)	6,52%	1.865	2.119	1.865	2.119
. BRDE (h)	9,00%	3.209	3.151	3.209	3.151
. Capital de giro	14,99%	15.981	-	15.981	-
. FINAME	4,41%	211	113	211	113
		<u>70.443</u>	<u>69.466</u>	<u>70.443</u>	<u>69.466</u>
		<u>147.810</u>	<u>150.778</u>	<u>149.928</u>	<u>153.123</u>
	Encargos anuais ponderados	Controladora		Consolidado	
		Passivo não circulante		Passivo não circulante	
		2014	2013	2014	2013
Moeda estrangeira					
. Pré - Pagamento Exportação (a)	19,56%	-	16.749	-	16.749
. Nota de crédito de exportação (c)	3,92%	-	609	-	609
. Lei 4.131 (d)	14,39%	15.181	11.095	15.181	11.095
		<u>15.181</u>	<u>28.453</u>	<u>15.181</u>	<u>28.453</u>
Moeda nacional					
. BNDES - Progeren (e)	8,85%	5.764	27.708	5.764	27.708
. BNDES - Revitaliza (f)	8,00%	-	3.000	-	3.000
. FINEP (g)	6,52%	31.825	7.575	31.825	7.575
. BRDE (h)	9,00%	10.008	13.647	10.008	13.647
. Capital de giro	14,99%	13.832	-	13.832	-
. FINAME	4,41%	1.043	496	1.043	496
. Produzir	10,00%	539	429	539	429
		<u>63.011</u>	<u>52.855</u>	<u>63.011</u>	<u>52.855</u>
		<u>78.192</u>	<u>81.308</u>	<u>78.192</u>	<u>81.308</u>

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 2,6562 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2,3426 em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos e financiamentos consolidados estão garantidos por aplicações financeiras, cessão fiduciária de títulos, notas promissórias, bens do ativo imobilizado, aval e fiança dos diretores da Companhia e possuem vencimentos até dezembro de 2023.

Ainda em dezembro de 2014 a Companhia liquidou a Operação de Revitaliza Exim que possuía junto ao Banco do Brasil.

a. Pré-Pagamento de Exportação - Contrato de pré-pagamento de exportações

Em junho de 2007, a Companhia celebrou contrato de pré-pagamento de exportação junto ao Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited (“Credit”), no montante de US\$ 30.000.

Em 19 de julho de 2011 a Companhia repactuou este contrato com novo saldo devedor de US\$ 25.000 com prazo de 50 meses com encargos trimestrais de 19,56% a.a.

Em 23 de dezembro de 2014 a Companhia liquidou antecipadamente o contrato de Pré-Pagamento de Exportação.

b. FINIMP - (Financiamento especial para importação de bens de capital, máquinas, equipamentos e serviços)

Durante o ano de 2014, a Companhia renovou vários contratos de FINIMP, no montante de R\$ 32.471, com taxa média de 4,99% a.a.+ Variação Cambial com prazo médio de 180 dias, sendo os pagamentos efetuados nos finais dos contratos. Para estes contratos não existem cláusulas restritivas e como garantias foram cedidos fiduciariamente os recebíveis da Companhia, na média de 40% do saldo devedor.

Em decorrência dos empréstimos supracitados, a Companhia celebrou contratos para realização de operação de *swap* de fluxo de caixa com o objetivo de troca de resultados financeiros entre as partes, conforme nota explicativa n° 25m.

c. NCE - Nota de Crédito de Exportação

Em fevereiro de 2014, a Companhia celebrou contrato de NCE, no montante de R\$ 9.990, com vencimento em 360 dias e taxa de 108% do CDI. Em dezembro de 2014, a Companhia celebrou dois novos contratos de NCE no valor de R\$ 20.000 com vencimento 30 dias.

d. Lei n° 4.131/62 Trade Exportador com Swap para CDI

Entre os meses de outubro e novembro de 2013, a Companhia celebrou contratos, no montante de R\$ 15.000, com prazo de 36 meses, com carência de 6 meses e amortizações trimestrais. Como garantias foram dadas recebíveis da Companhia no valor de 50% do saldo devedor. Em decorrência dos empréstimos supracitados, a Companhia celebrou contratos para realização de operação de *swap* de fluxo de caixa com o objetivo de troca de resultados financeiros entre as partes, conforme nota explicativa n° 22. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía o montante de R\$ 15.373.

Entre fevereiro e novembro 2014, a Companhia celebrou contrato no montante de R\$ 27.890, com prazo médio de 31 meses e taxa média de 4,29% a.a. + Variação Cambial. Como garantias foram cedidos fiduciariamente os recebíveis da Companhia representando 50% do saldo devedor. Em decorrência dos empréstimos supracitados, a Companhia celebrou contratos para realização de operação de *swap* de fluxo de caixa com o objetivo de troca de resultados financeiros entre as partes, conforme nota explicativa nº 25m.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía o montante de R\$ 29.509.

e. BNDES (Progeren)

Em março de 2013, a Companhia celebrou contratos de BNDES (Progeren), no montante de R\$ 40.000, com carência de 12 meses e amortizações em 24 parcelas mensais e consecutivas. Para estes contratos não existem cláusulas restritivas, operações *clean* no que se referem a garantias. Em abril de 2013 a Companhia celebrou um novo contrato de BNDES (Progeren), no montante de R\$ 7.000, com carência de 12 meses e amortizações em 24 parcelas mensais e consecutivas. Os referidos contratos são atualizáveis pela taxa média de 8,84% a.a. Para este contrato também não existem cláusulas restritivas, e foram dados em garantias recebíveis na ordem de 50% sobre o saldo devedor.

f. BNDES (Revitaliza)

Em dezembro de 2012, a Companhia celebrou contrato de BNDES (Revitaliza), no montante de R\$ 20.382, com carência de 12 meses com taxa de 8% a.a. e amortizações em 24 parcelas mensais e consecutivas. Para este contrato não existem cláusulas restritivas, e foram dados em garantias recebíveis na ordem de 50% sobre o saldo devedor.

g. FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

Em abril de 2010, a Companhia celebrou um contrato com o FINEP, no montante de R\$ 13.953, com juros de 10% a.a. com carência de 20 meses e prazo de amortização de 81 meses. Para este contrato foi apresentada uma carta de fiança Bancária com custo de 1,5% a.a.

Em julho de 2014 a Companhia celebrou um novo contrato junto a FINEP no valor total de R\$ 79.561, sendo corrigido pela TJPL + 0,5% a.a. e cuja primeira parcela no valor de R\$ 27.846 foi liberada em outubro de 2014.

Os valores recebidos serão utilizados para desenvolvimento de projeto voltado ao plano estratégico, buscando a inovação do processo de produção por via úmida, ampliando a possibilidade de produção de revestimentos cerâmicos pela Companhia. Adicionalmente, busca-se otimizar o processo de planejamento criativo e os processos de tratamentos de resíduos industriais.

Os recursos oriundos do FINEP são gastos de acordo com o plano de trabalho e cronograma de desembolso do projeto, regido pelas diretrizes estipuladas no acordo entre as partes.

Contrato de Financiamento nº 09.14.0044.00, celebrado em 23 de julho de 2014

A Companhia possui compromisso de informar os itens de dispêndios utilizados nos termos do instrumento contratual nº 09.14.0044.00 no decorrer do exercício:

	2014
Itens de dispêndios	
P & D Interno	8.137
Aquisição externa de P & D	-
Aquisição de outros conhecimentos externos	1.205
Aquisição de software	348
Treinamento	13
Introdução das inovações tecnológicas no mercado	7.659
Aquisição de máquinas e equipamentos	3.985
Produção pioneira e outras preparações para a produção e distribuição:	
i. Obras civis e instalações para produção pioneira	219
ii. Outras preparações para produção e distribuição	-
iii. Material de consumo para produção pioneira	3.967
iv. Pessoal ocupado em produção pioneira	553
Fusão e aquisição	-
	<hr/>
Total	<u>26.086</u>

O valor liberado ainda não utilizado nos termos do referido contrato, no montante de R\$ 1.760, foi classificado na rubrica de aplicação financeira

h. BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul)

Em abril de 2001, a Companhia celebrou contrato com o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), no montante de R\$ 35.218, com carência de 24 meses e 120 parcelas mensais e sucessivas com taxa de juros TJPL + 4% a.a. Para esta operação foram dados em garantias imóveis e equipamentos.

Em 25 de março de 2010, a Companhia renegociou o referido contrato, no montante de R\$ 41.459, para pagamento em 91 parcelas mensais, mantendo as mesmas taxas de juros do contrato original.

15 Debêntures

Em setembro de 2012, a Companhia concluiu a 4ª emissão de R\$ 90.000 em debêntures não conversíveis em ações. Esta emissão faz parte do plano da empresa para reduzir seu custo de financiamento, alongando seu passivo. A emissão teve o Banco Itaú BBA S.A. como Coordenador Líder e o Banco Bradesco BBI como Coordenador. O custo foi de CDI+2,35% a.a, com um prazo de 4 anos. Para estruturar esta emissão os coordenadores receberam 1% de comissão o que totalizou R\$ 900. O referido contrato contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, a manutenção de determinados índices financeiros, sendo eles (i) Dívida Financeira Líquida/Ebitda e (ii) Dívida Financeira Líquida + Parcelamento de Impostos/Ebitda, os quais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram atendidos.

Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou sua 5ª emissão de debêntures no valor de R\$ 90.000, sendo estas não conversíveis em ações. Esta emissão faz parte do plano da empresa para reduzir seu custo de financiamento, alongando seu passivo. A emissão teve o Banco Bradesco BBI como Coordenador Líder e os Bancos Itaú BBA, Santander e Votorantim como Coordenadores. O custo foi de CDI+2,85% a.a, com um prazo de 5 anos, sendo 1 ano de carência.

Para estruturar esta emissão os coordenadores receberam 2% de comissão o que totalizou R\$ 1.960. O referido contrato contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, a manutenção de determinados índices financeiros, sendo eles (i) Dívida Financeira Líquida/Ebitda e (ii) Dívida Financeira Líquida + Parcelamento de Impostos/Ebitda, os quais para o período findo em 31 de dezembro de 2014 foram atendidos.

Os termos e condições das debêntures em aberto estão apresentados a seguir:

			<u>Controladora e Consolidado</u>	
	Encargos	Vencimento final	2014	2013
Em moeda nacional				
Debêntures	CDI + 2,35% a.a.	Agosto de 2016	48.355	77.343
Debêntures	CDI + 2,85% a.a.	Dezembro de 2019	<u>88.325</u>	<u>-</u>
Circulante			<u>32.741</u>	<u>29.116</u>
Não circulante			<u>103.939</u>	<u>48.227</u>

Para a 4ª emissão, a garantia sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures não amortizado constitui-se por Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia, à razão de 40% do referido saldo, que em 31 de dezembro de 2014 totalizava R\$ 17.901 (R\$ 34.321 em 31 de dezembro de 2013).

Para a 5ª emissão, a garantia sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures não amortizado constitui-se por Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia, à razão de 25% do referido saldo + Alienação Fiduciária dos imóveis das Unidades produtivas de Santa Luzia - MG e de Tubarão-SC, além dos Equipamentos da Unidade produtiva de Santa Luzia - MG.

16 Obrigações tributárias

	<u>Controladora</u>				<u>Consolidado</u>			
	<u>2014</u>		<u>2013</u>		<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
INSS / SESI / SENAI	1.588	-	1.583	-	1.588	-	1.583	-
PIS e COFINS	2.971	-	3.145	-	2.971	-	3.145	-
ICMS corrente	5.349	-	4.116	-	5.349	-	4.116	-
ICMS parcelado	1.259	2.113	7.233	3.158	1.259	2.113	7.233	3.158
IR e CS	-	-	1.113	-	-	-	1.113	-
Outras contribuições	2.052	-	2.075	-	2.054	-	2.077	-
Parcelamento Lei nº 12.996/14	8.392	128.517	-	-	8.392	128.517	-	-
Parcelamento Lei nº 10.522/02	-	-	12.589	-	-	-	12.589	-
Parcelamento Lei nº 11.941/09	-	-	12.291	202.788	-	-	12.291	202.788
	<u>21.611</u>	<u>130.630</u>	<u>44.145</u>	<u>205.946</u>	<u>21.613</u>	<u>130.630</u>	<u>44.147</u>	<u>205.946</u>

Em 2013, a Companhia reconheceu débitos tributários de ICMS - MG, no montante de R\$ 8.942, referente à reversão de decisão judicial no processo nº 1670875-68.2010.8.13.0024. Tal ação pleiteava o pagamento do acordo do ICMS acréscimo financeiro realizado com a Sefaz de Minas Gerais, em parcela única com descontos, conforme nota explicativa nº 22.

a. Movimentação dos parcelamentos

	Controladora e Consolidado				
	Lei nº 10.522/02		Lei nº 11.941/09		Lei nº 12.996/14
	2014	2013	2014	2013	2014
Saldo no início do exercício	12.589	26.032	215.079	231.597	-
Inclusão a novo parcelamento	-	-	-	-	204.610
Reduções do parcelamento	-	-	-	-	(36.611)
Atualização monetária	391	1.134	9.831	13.155	6.145
Pagamentos	(12.980)	(14.577)	(20.300)	(29.673)	(37.235)
Desistência parcelamento	-	-	(204.610)	-	-
Saldo no final do exercício	-	12.589	-	215.079	136.909
(-) Débitos de longo prazo	-	-	-	(202.788)	(128.517)
Total do circulante	-	12.589	-	12.291	8.392

b. Parcelamento Lei nº 12.996/14

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia desistiu do parcelamento da Lei nº 11.941/09 e aderiu ao parcelamento da Lei nº 12.996/14.

Dessa forma houve desistência das três modalidades da Lei nº 11.941/09: aproveitamento indevido de IPI, reparcelamento da RFB demais débitos e reparcelamento RFB débitos previdenciários.

O reparcelamento pela Lei nº 12.996/14 se deu em duas modalidades, sendo que os débitos de IPI e demais débitos da RFB englobam uma única, e a outra engloba RFB débitos previdenciários. O referido parcelamento concedia a redução de multas e juros de acordo com a modalidade e o disposto na Lei, e, devido ao montante do débito exigiu o adiantamento de 20% do montante da dívida, que foram parcelados em 5 prestações. Não houve tributação dos benefícios gerados na aplicação das reduções legais. O saldo do novo parcelamento foi efetuado em 180 parcelas mensais, sendo atualizado pela SELIC.

c. Pagamento à vista Lei nº 12.996/14

A Companhia liquidou quatro notificações fiscais de IPI alíquota zero e NT, no montante de R\$ 10.304, com a redução de 100% da multa e 45% dos juros, no montante de R\$ 4.476. Tais valores estavam provisionados como contingência em 2013, vide nota explicativa 17.

17 Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

A Companhia possui ativos contingentes no montante de R\$ 29.630, que possuem provável entrada de benefícios econômicos. A Companhia aguarda o trânsito em julgado dessas ações para registrá-las contabilmente.

Passivos contingentes

	Controladora e Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2014	2013	2014	2013
Provisões tributárias	61	219	2.163	15.781
Provisões trabalhistas	1.694	2.235	4.071	1.103
Provisões cíveis	405	75	2.680	1.894
	2.160	2.529	8.914	18.778

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

Provisões	Controladora e Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	15.781	1.103	1.894	18.778
Adições (Reversões)	(13.618)	2.968	786	(9.864)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.163	4.071	2.680	8.914

Conforme descrito na nota explicativa nº 16, a Companhia reverteu a provisão tributária no montante de R\$ 9.923, em razão do pagamento de quatro notificações fiscais de IPI alíquota zero e NT.

De acordo com seus assessores jurídicos, perdas nestas contingências estão classificadas conforme segue:

Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Perdas prováveis	8.914	18.778
Perdas possíveis	78.560	19.325
Perdas remotas	2.58	292
	87.732	38.395

As contingências trabalhistas e previdenciárias consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a horas extras, adicional noturno, reconhecimento de relação de emprego, intervalo intrajornada e outras.

Em 2014 a Companhia recebeu auto de infração no montante de R\$58.896, para exigir IRPJ e CSLL em razão da não tributação da receita gerada quando da adoção do parcelamento da Lei nº 11.941/09 e da não adição de despesas financeiras na apuração de 2009. O referido auto está sendo discutido pela Companhia na esfera administrativa e na opinião dos seus assessores jurídicos possui expectativa de perda possível.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Sócios	Ações em 2014	
	Ordinárias	% do capital social
Waterloo Empreendimentos e Participações S.A.	1.488.991	70,00%
Outros	638.139	30,00%
	2.127.130	100%

Em 31 de dezembro de 2014, as 2.127.130 ações ordinárias não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertence a acionistas domiciliados no país.

19 Plano de Previdência Privada

A Companhia possui um programa de previdência privada administrado pela BrasilPrev, denominado “Renda Total PGBL Cecrisa”. O plano é classificado como contribuição definida, encerrando a obrigação da Companhia após o desligamento do colaborador. Durante o ano de 2014 foi apropriado no resultado, gastos com contribuições ao plano de previdência, no valor de R\$ 595 (R\$ 676 em 31 de dezembro de 2013).

20 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita bruta de venda de produtos	908.235	935.597	910.874	944.246
Deduções de vendas				
Impostos	(179.991)	(180.360)	(181.321)	(188.802)
Cancelamentos	(38.062)	(46.866)	(38.061)	(46.866)
Devoluções	(16.230)	(15.035)	(16.230)	(15.035)
	(234.283)	(242.261)	(235.612)	(250.703)
Receita operacional líquida	673.952	693.336	675.262	693.543

21 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custo dos produtos vendidos	446.903	470.102	447.422	470.091
Despesas comerciais	96.190	82.571	96.391	82.668
Despesas gerais e administrativas	30.407	33.481	30.409	33.486
	<u>573.500</u>	<u>586.154</u>	<u>574.222</u>	<u>586.245</u>
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Mão de obra e serviços de terceiros	86.583	79.742	86.723	79.739
Gastos com materiais e outros	257.720	283.068	257.929	283.064
Energia	75.471	78.718	75.595	78.715
Gastos gerais de produção	28.475	29.913	28.522	29.912
Comissões sobre vendas	23.180	26.658	23.180	26.658
Salários e ordenados	29.087	28.980	29.087	28.980
Outras despesas comerciais	57.426	41.286	57.627	41.383
Outras despesas administrativas	15.558	17.789	15.559	17.794
	<u>573.500</u>	<u>586.154</u>	<u>574.222</u>	<u>586.245</u>

22 Outras receitas (despesas) operacionais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Valor residual do ativo imobilizado vendido		9.430	(3.868)	9.430	(3.868)
Reclamatórias trabalhistas		(2.231)	(2.749)	(2.231)	(2.749)
Reclamatórias cíveis		(885)	(2.067)	(885)	(2.067)
Provisões trabalhistas	17	(2.968)	150	(2.968)	150
Provisões cíveis	17	(786)	(105)	(786)	(105)
Reduções parcelamento Lei nº 12.996/14	16b	36.611	-	36.611	-
Reversão provisão IPI Alíquota zero e NT	17	14.411	-	14.411	-
Reduções do parcelamento Lei nº 12.996/14	16c	4.476	-	4.476	-
Liquidação notificação fiscal IPI alíquota zero e NT	16c	(10.304)	-	(10.304)	-
Créditos Eletrobrás - Cemina	8	-	11.184	-	11.184
Provisão p/ perda estoque em formação	7	-	(1.175)	-	(1.175)
Débito ICMS acréscimo financeiro - MG	17	-	(8.942)	-	(8.942)
Reversão provisão p/ perdas de imobilizado ("impairment")	12	127	104.425	127	104.425
Despesas de importação		(1.620)	-	(4.548)	-
Outras		(1.140)	(1.049)	(1.145)	(1.052)
		<u>45.121</u>	<u>95.804</u>	<u>42.188</u>	<u>95.801</u>

23 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	11.382	8.143	11.690	8.544
Variação cambial - Contas a receber	2.661	2.541	3.041	2.965
Variação cambial - Aplicação financeira	2.626	2.768	2.626	2.768
Variação cambial - Fornecedores	4.378	5.490	4.422	6.180
Juros ativos	2.463	3.329	2.464	3.346
Rendimento aplicação financeira	1.580	969	1.581	969
Descontos ativos	1.275	466	1.275	470
	<u>26.365</u>	<u>23.706</u>	<u>27.099</u>	<u>25.242</u>
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas financeiras				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	(21.755)	(16.895)	(22.279)	(17.552)
Variação cambial - Contas a receber	(1.780)	(1.469)	(1.989)	(1.706)
Variação cambial - Fornecedores	(5.780)	(6.644)	(5.819)	(8.025)
Variação cambial - Aplicação financeira	(893)	(1.108)	(893)	(1.108)
Atualização de empréstimos e financiamentos	(29.851)	(31.239)	(29.987)	(31.281)
Atualização de impostos	(17.096)	(15.881)	(17.096)	(15.979)
Perdas com derivativos	(246)	(480)	(246)	(480)
Juros passivos fornecedores	(29)	(4.167)	(29)	(4.167)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(106)	(42)	(106)	(42)
Despesas com operações financeiras	(2.327)	(1.276)	(2.346)	(1.297)
Outras	(425)	(213)	(454)	(224)
	<u>(80.288)</u>	<u>(79.414)</u>	<u>(81.244)</u>	<u>(81.861)</u>

24 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes dos impostos e participações	89.969	146.749	89.083	146.480
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquotas nominais	(30.589)	(49.895)	(30.288)	(49.803)
Efeito dos impostos sobre:				
- Equivalência patrimonial	(572)	(180)	-	-
- Exclusão permanente – parcelamento Lei nº 12.996/14	13.970	-	13.970	-
- Outras diferenças permanentes	(4.301)	(891)	(4.288)	(894)
Crédito (Débito) de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(21.492)</u>	<u>(50.966)</u>	<u>(20.606)</u>	<u>(50.697)</u>
Impostos diferidos	(12.343)	(37.725)	(11.454)	(37.456)
Impostos correntes	(9.149)	(13.241)	(9.152)	(13.241)

25 Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade, de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos de caixa futuros.

b. Classificação dos instrumentos financeiros (posição consolidada)

	2014		2013	
	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	72.337	-	2.258	-
Aplicações financeiras	1.031	-	13.130	11.714
Contas a receber de clientes	153.102	-	163.574	-
Outras contas a receber	13.926	-	5.699	-
	Custo Amortizado		Custo Amortizado	
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	228.120	-	234.431	-
Fornecedores	90.758	-	91.812	-
Debêntures	136.680	-	77.343	-

c. Valor de mercado dos instrumentos financeiros - Valor Justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam dos seus valores justos.

d. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do segmento de cerâmica. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia opera com estoques reguladores desses insumos.

e. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações para reduzir o custo financeiro das operações.

Valor contábil	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Instrumentos pós-fixados				
Aplicações financeiras	1.031	24.844	1.031	24.844
Empréstimos e financiamentos	(199.145)	(80.511)	(201.263)	(82.856)
Parcelamentos federais	(136.909)	(227.668)	(136.909)	(227.668)
Debêntures	(136.680)	(77.343)	(136.680)	(77.343)
Instrumentos pré-fixados				
Empréstimos e financiamentos	(26.857)	(151.575)	(26.857)	(151.575)

f. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A exposição contábil da Companhia à moeda estrangeira estava assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativo				
Aplicações financeiras	-	5.186	-	5.186
Contas a receber	11.548	12.118	13.928	13.472
Passivo				
Fornecedores	(27.851)	(29.904)	(27.851)	(29.904)
ACE	-	-	-	(339)
Empréstimos	(92.548)	(109.765)	(94.666)	(111.771)
Derivativos (notional)	74.036	67.127	74.036	67.127
	<u>(34.815)</u>	<u>(55.328)</u>	<u>(34.553)</u>	<u>(56.229)</u>

g. Sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40, preparou uma análise de sensibilidade sobre seus empréstimos e financiamentos, parcelamentos tributários e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira.

O cenário base provável para dezembro de 2014, foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Focus Banco Central do Brasil) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e índices do cenário previsto para 2015 e as vigentes em dezembro de 2014. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre as taxas de juros, índices flutuantes e variações cambiais consideradas no cenário provável.

Moedas e índices	Taxa 31.12.2014	Cenário provável	Cenário possível Δ 25%	Cenário Remoto Δ 50%
Dólar norte americano	2,7	2,83	3,54	4,25
CDI	11,57%	12,25%	15,31%	18,38%
SELIC	11,65%	12,15%	15,19%	18,23%

h. Sensibilidade variação de cotação de moeda estrangeira

	Saldo em 31.12.2014	Consolidado		
		Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo				
Clientes	13.928	671	4.320	7.970
Derivativos	74.036	3.565	22.965	42.365
Passivo				
Empréstimos	(94.666)	(4.558)	(29.364)	(54.170)
Fornecedores	(27.851)	(1.341)	(8.639)	(15.937)
	(34.553)	(1.663)	(10.718)	(19.772)

i. Sensibilidade taxas de juros e índices flutuantes

	Taxa	Saldo em 31.12.2014	Consolidado		
			Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo					
Aplicações financeiras	12,25%	67.736	8.298	10.372	12.446
Passivo					
Empréstimos	12,25%	(201.263)	(24.655)	(30.818)	(36.982)
Parcelamento Lei nº 12.996/14	12,15%	(136.909)	(16.634)	(20.793)	(24.952)
Debêntures	12,25%	(136.680)	(16.743)	(20.929)	(25.115)
		(407.116)	(49.735)	(62.169)	(74.602)

j. Risco de crédito

Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui ainda a provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	71.878	2.238	72.337	2.258
Aplicações financeiras	1.031	24.844	1.031	24.844
Outras contas a receber	13.925	5.699	13.926	5.699
Contas a receber de clientes	153.638	164.419	153.102	163.574
	<u>240.472</u>	<u>197.200</u>	<u>240.396</u>	<u>196.375</u>

k. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo. A tabela abaixo demonstra o cronograma de obrigações da Companhia:

	Controladora			
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Total
Fornecedores	91.396	-	-	91.396
Instrumentos a taxas de juros:				
- pós-fixadas				
Empréstimos e financiamentos	126.840	79.199	20.793	226.832
Debêntures	49.826	85.472	47.545	182.843
- pré-fixadas				
Empréstimos e financiamentos	25.950	562	246	26.758
	<u>294.012</u>	<u>165.233</u>	<u>68.584</u>	<u>527.829</u>
	Consolidado			
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Total
Fornecedores	90.758	-	-	90.758
Instrumentos a taxas de juros:				
- pós-fixadas				
Empréstimos e financiamentos	129.047	79.199	20.793	229.039
Debêntures	49.826	85.472	47.545	182.843
- pré-fixadas				
Empréstimos e financiamentos	25.950	562	246	26.758
	<u>295.581</u>	<u>165.233</u>	<u>68.584</u>	<u>529.398</u>

l. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação; e buscar eficácia de custos, sem restringir a iniciativa e a criatividade de seus profissionais.

m. Instrumentos financeiros derivativos

O quadro abaixo apresenta a operação de instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2014, com os respectivos valores justos:

Tipo	Valor de Referência (notional)	Valor justo	Ganho (Perda)
Contratos de "swap" para Dólar			
Banco Safra S.A.	26.809	25.594	1.215
Banco Fibra S.A.	9.900	10.271	(371)
Banco Itaú	3.026	2.938	88
HSBC Bank Brasil S.A.	9.990	10.369	(379)
HSBC Bank Brasil S.A.	9.990	8.881	1.109
Banco Pine S.A.	9.900	9.906	(6)
Contratos de "NDF" para Dólar			
Banco Santander (Brasil) S.A.	1.805	1.576	229
HSBC Bank Brasil S.A.	2.616	2.296	320
	74.036	71.831	2.205

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado com base em informações concedidas pelas contrapartes.

A Companhia contratou as operações de “Swap” e “NDF” para proteger seus fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano. Com essas operações a Companhia trocou o risco cambial por CDI + 2,70% a 5,95%. As operações de swap, foram firmadas com as mesmas instituições de origem e a Companhia dispõe do direito de liquidar o instrumento principal e o derivativo em base líquida. Desta forma, os instrumentos financeiros e seus respectivos encargos são considerados um único instrumento financeiro e estão sendo apresentados em base líquida no balanço patrimonial e no resultado da Companhia, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos de mercado e de liquidez a que estes fluxos de caixa estarão expostos.

n. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

* * *



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed.The Office
88015-240 - Florianópolis, SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis, SC - Brasil

Telefone 55 (48) 3205-5300
Fax 55 (48) 3205-5301
Internet www.kpmg.com/BR

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.
Criciúma - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. ("Companhia"), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 28 de abril de 2014, que continha modificação devido ao não atendimento de cláusulas restritivas (“covenants”).

Florianópolis, 06 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Marcelo Lima Tonini
Contador CRC PR-045569/O-4 T-SC